

Estudos da Central  
de Balanços

34

Análise setorial das  
sociedades não financeiras  
em Portugal | 2017

Novembro 2018



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA



Estudos da Central  
de Balanços

34

Análise setorial das  
sociedades não financeiras  
em Portugal | 2017

Novembro 2018



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSISTEMA

Lisboa, 2018 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)

Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017 | Estudos da Central de Balanços 34 | 2018 •  
Banco de Portugal Av. Almirante Reis, 71 | 1150-012 Lisboa • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt) • Edição Departamento de Estatística •  
Design e impressão Departamento de Comunicação e Museu | Unidade de Design • Tiragem 250 exemplares • ISBN  
(impresso) 978-989-678-625-0 • ISBN (*online*) 978-989-678-626-7 • ISSN (impresso) 1647-967X • ISSN (*online*) 1647-  
9688 • Depósito Legal n.º 320300/10

# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2017, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período 2013-2018.



# Sumário

Em 2017, havia cerca de 430 mil empresas não financeiras em atividade com sede em Portugal, mais 1,7% do que em 2016. As microempresas representavam 89% do total das empresas e 16% do volume de negócios agregado. As grandes empresas, que englobavam 0,3% das empresas, geraram 42% do volume de negócios, uma parcela semelhante à gerada pelas pequenas e médias empresas, que correspondiam a 11% das empresas.

Três em cada quatro empresas estavam associadas aos setores dos serviços: o setor do comércio agregava 25% das empresas e 50% estavam integradas no conjunto dos outros serviços. O comércio agregava 37% do volume de negócios, seguindo-se a indústria (26%) e os outros serviços (24%).

Cerca de 86% das empresas tinham sede na região Norte (34%), na área metropolitana de Lisboa (32%) ou na região Centro (20%). A região Norte assumia maior relevância na indústria (51% das empresas do setor tinham sede nesta região), na construção (36%) e no comércio (36%). A área metropolitana de Lisboa era a região mais preponderante quando considerados os outros serviços (40% das empresas desse setor). O Alentejo agregava o maior número de empresas da agricultura e pescas (31%).

O setor exportador reunia 6% das empresas e 35% do volume de negócios das empresas em atividade em 2017. Era mais relevante na indústria, setor no qual representava 15% das empresas e 73% do volume de negócios.

Em 2017, o volume de negócios das empresas aumentou 9% em relação a 2016. Este aumento foi transversal a todas as classes de dimensão e setores de atividade económica.

O EBITDA das empresas aumentou 15% em 2017, relativamente a 2016, variação que contribuiu para o aumento de 2 pp da rentabilidade dos capitais próprios (para 9%).

A autonomia financeira das empresas foi de 33% em 2017, mais 1 pp do que em 2016. Em 2017, 26% das empresas apresentavam capitais próprios negativos.

A dívida remunerada e as dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) continuaram a ser as principais fontes de financiamento alheio, representando em conjunto 70% do passivo das empresas em 2017: 54 pp associados a dívida remunerada e 16 pp a créditos comerciais.

Os gastos de financiamento das empresas diminuíram, em média, 6% em 2017, relativamente a 2016. Esta diminuição foi transversal às várias classes de dimensão e setores de atividade económica, mas foi mais significativa nas microempresas (-14%) e na construção (-17%).

A conjugação da evolução dos gastos de financiamento com a do EBITDA determinou uma diminuição de 4 pp da pressão financeira sobre as empresas, para 16% em 2017.

O financiamento por dívida comercial representava 16% do passivo das empresas em 2017. No entanto, as empresas continuavam a não conseguir obter financiamento líquido por esta via.

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, o montante de empréstimos concedidos pelas instituições de crédito residentes às empresas não financeiras praticamente não se alterou desde o final de 2017, depois de ter diminuído nos anos anteriores. O montante de crédito vencido, que tinha aumentado até 2015, continuou a diminuir: o *stock* de crédito vencido registado no final de junho de 2018 correspondia a 77% do crédito vencido registado no final de 2016.



# Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

## I Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2017 | **9**

1 Introdução | **11**

2 Estrutura e demografia | **13**

2.1 Estrutura | **13**

2.2 Demografia | **18**

3 Análise económica e financeira | **19**

3.1 Atividade e rendibilidade | **19**

3.1.1 Volume de negócios | **19**

3.1.2 Gastos da atividade operacional | **20**

3.1.3 EBITDA | **22**

3.1.4 Rendibilidade | **23**

3.2 Situação financeira | **25**

3.2.1 Estrutura financeira | **25**

3.2.2 Gastos de financiamento e solvabilidade | **28**

3.2.3 Financiamento por dívida comercial | **29**

**Caixa 1** • Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente | **31**

**Caixa 2** • Empresas sem empréstimos bancários | **33**

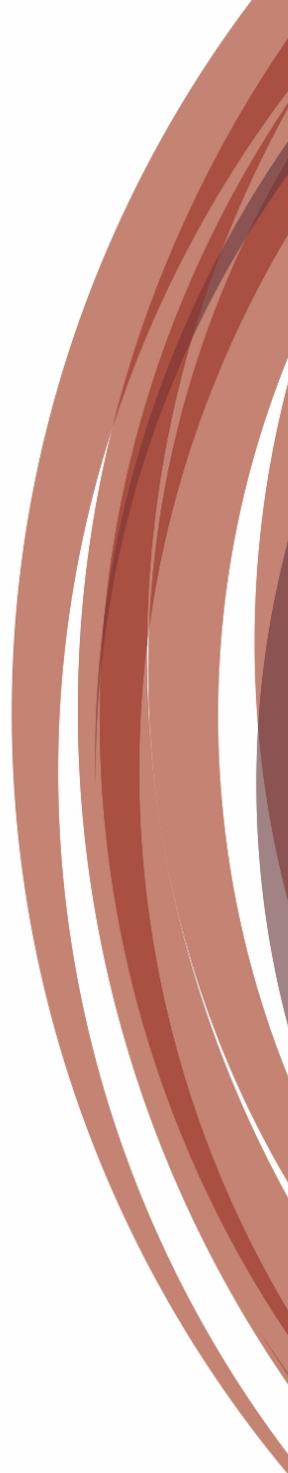
## II Anexo | **39**

1 Síntese metodológica | **41**

Siglas e acrónimos | **43**

Referências | **44**

Estudos da Central de Balanços | **45**





# I Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal | 2017

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira



# 1 Introdução

O estudo *Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2017* apresenta a situação económica e financeira das sociedades não financeiras (SNF<sup>1</sup>) residentes em Portugal, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>.

Esta publicação atualiza o *Estudo da Central de Balanços n.º 30 – Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2012-2016*, de dezembro de 2017.

A análise incide essencialmente sobre o ano de 2017 e tem por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O primeiro semestre de 2018 é mencionado sempre que existe informação relativa a este período, como acontece no caso da análise relativa ao financiamento por empréstimos bancários. É ainda referida a evolução recente da situação económica e financeira das empresas<sup>3</sup> portuguesas tendo em conta a informação trimestral disponibilizada pela Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>4</sup>.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras. Com base na exploração dos dados microeconómicos procura disponibilizar-se neste estudo informação adicional para o setor das SNF e para os setores de atividade económica e classes de dimensão das empresas que o compõem. Pretende-se, desta forma, identificar/explorar grupos heterogéneos de empresas, tendo em consideração características que os distinguem.

No Capítulo 2, faz-se uma breve referência à estrutura e demografia do setor das SNF. É ainda destacado o setor exportador em Portugal.

<sup>1</sup> O setor das sociedades não financeiras (SNF) constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE.Rev.3).

<sup>2</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços e 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*.

<sup>3</sup> Por uma questão de simplificação utilizaram-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade não financeira” (SNF) de forma indiferenciada; ambas as expressões se referem ao conjunto das SNF definidas na Nota 1.

<sup>4</sup> As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no *site* do Banco de Portugal na *internet*.

No Capítulo 3 analisa-se a evolução recente da atividade e em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas.

Na caixa 1 “Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente”, no Capítulo 3, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas em Portugal, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente.

Na caixa 2 “Empresas sem empréstimos bancários”, no Capítulo 3, é apresentada uma análise sobre as empresas que não recorriam a este tipo de financiamento.

Em anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados. No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas.

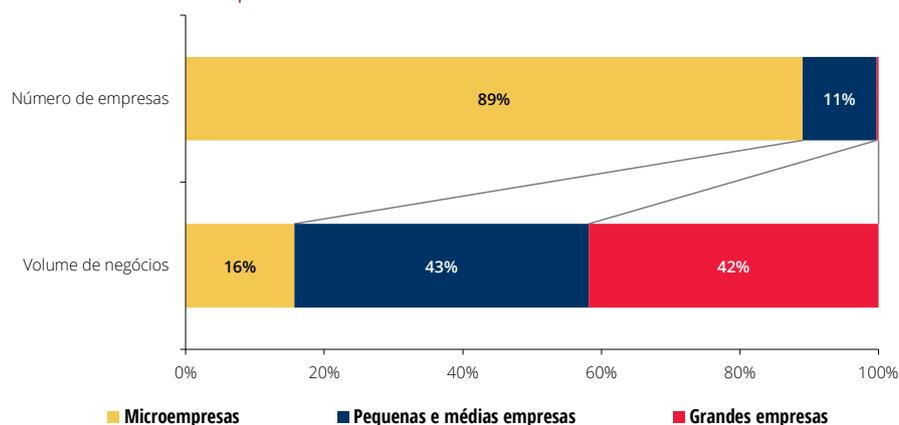
Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto indicadores. No *site* do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos [Quadros do Setor](#), os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores relativamente a qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

## 2 Estrutura e demografia

### 2.1 Estrutura

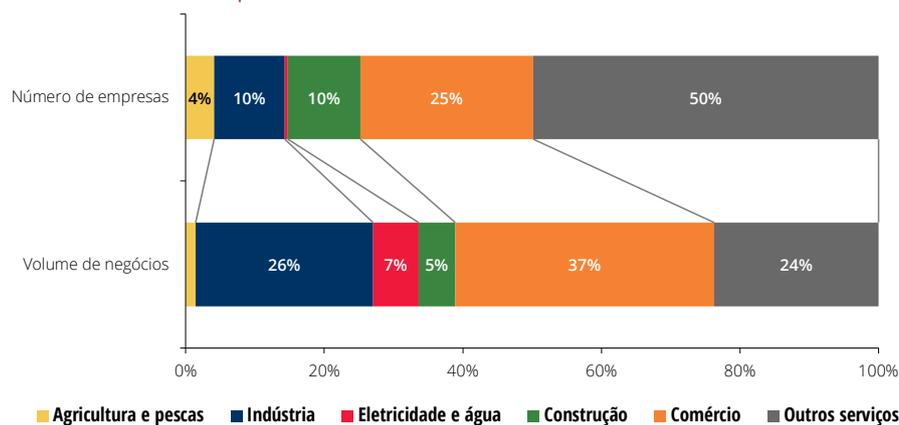
Em 2017, havia cerca de 430 mil empresas não financeiras em atividade com sede em Portugal. Considerando a repartição por classes de dimensão<sup>5</sup>, as microempresas representavam 89% do total das empresas e geraram 16% do volume de negócios agregado. As grandes empresas (0,3% das empresas) geraram 42% do volume de negócios, uma parcela semelhante à originada pelas pequenas e médias empresas, que correspondiam a 11% das empresas (Gráfico I.2.1).

**Gráfico I.2.1 • Estruturas | Por classes de dimensão (2017)<sup>6</sup>**



Três em cada quatro empresas estavam associadas aos setores dos serviços: o setor do comércio agregava 25% das empresas; 50% estavam ligadas ao conjunto dos outros serviços (Gráfico I.2.2). Em termos de volume de negócios, o setor do comércio agregava 37% do total, seguindo-se a indústria com 26% e os outros serviços com 24%.

**Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2017)**



<sup>5</sup> A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em Anexo.

<sup>6</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

As microempresas eram a classe de dimensão que agregava o maior número de empresas em qualquer dos setores de atividade. O peso desta classe variava entre 70% (na eletricidade e água) e 92% (na agricultura e pescas e nos outros serviços) (Quadro I.2.1).

As pequenas e médias empresas geraram as maiores parcelas de volume de negócios na generalidade dos setores de atividade. Constituíam exceções os setores da eletricidade e água e da indústria, nos quais as grandes empresas foram responsáveis pelas parcelas mais relevantes dos respetivos volumes de negócios (81% e 51%, respetivamente). Estes dois setores representavam cerca de um terço da atividade económica.

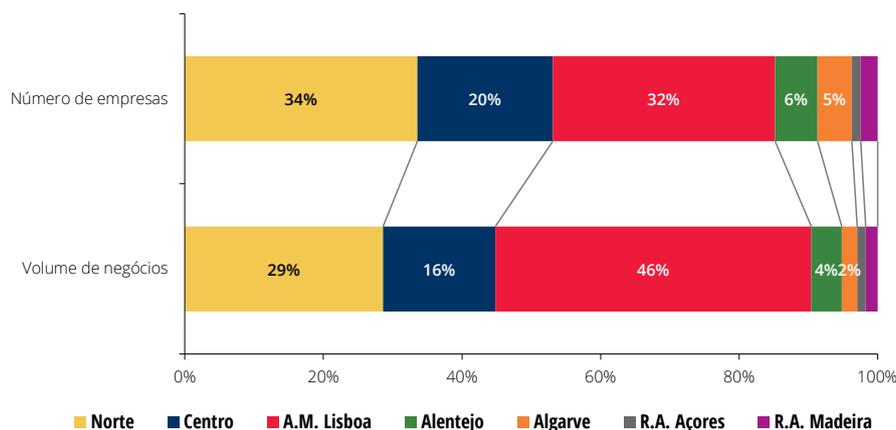
**Quadro I.2.1 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de dimensão (2017)**

	Composição do número de empresas por dimensão			Composição do volume de negócios por dimensão		
	Microempresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas	Microempresas	Pequenas e médias empresas	Grandes empresas
<b>Total das empresas</b>	<b>89,0%</b>	<b>10,7%</b>	<b>0,3%</b>	<b>15,7%</b>	<b>42,5%</b>	<b>41,8%</b>
Agricultura e pescas	92,1%	7,8%	0,1%	38,9%	53,6%	7,5%
Indústria	70,5%	28,7%	0,8%	5,1%	43,4%	51,5%
Eletricidade e água	70,2%	27,0%	2,8%	1,6%	17,2%	81,2%
Construção	88,0%	11,9%	0,1%	25,2%	53,6%	21,2%
Comércio	90,1%	9,7%	0,2%	18,7%	44,8%	36,4%
Outros serviços	92,4%	7,4%	0,2%	22,7%	41,7%	35,6%

Nota: A sombreado encontra-se a classe de dimensão mais relevante por setor de atividade económica para cada um dos indicadores considerados.

Em termos de localização geográfica<sup>7</sup>, 86% das empresas tinham a sede na região Norte (34%), na área metropolitana de Lisboa (32%) ou na região Centro (20%) (Gráfico I.2.3).

**Gráfico I.2.3 • Estruturas | Por localização geográfica das sedes das empresas (2017)**

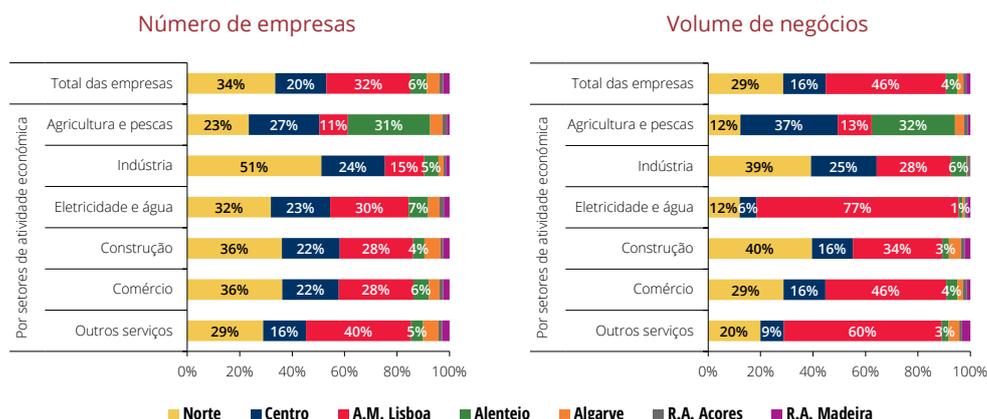


<sup>7</sup> A localização geográfica refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Para tal, considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

A área metropolitana de Lisboa era a região mais relevante em termos de volume de negócios (46%), seguindo-se as regiões Norte (29%) e Centro (16%).

A região Norte assumia maior relevância na indústria (51% das empresas), na construção (36%) e no comércio (36%). A área metropolitana de Lisboa era a região mais preponderante quando considerados os outros serviços (40% das empresas desse setor) (Gráfico I.2.4). O Alentejo agregava o maior número de empresas da agricultura e pescas (31%).

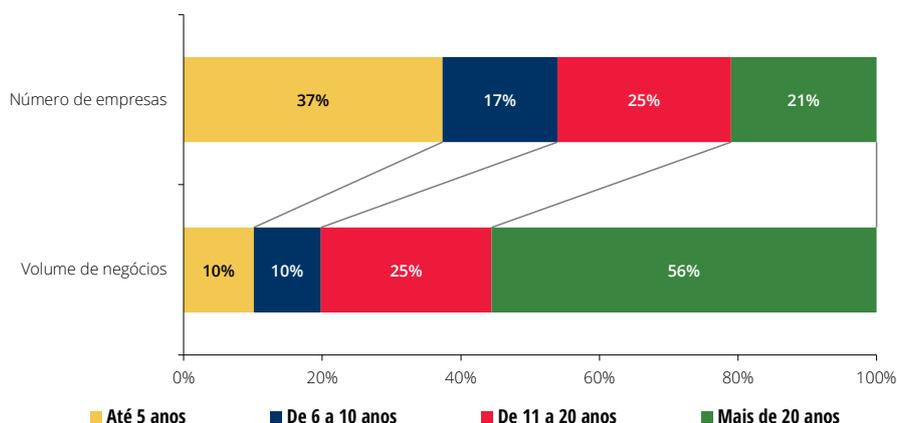
**Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por setores de atividade económica e localização geográfica das sedes (2017)**



A área metropolitana de Lisboa era responsável pelas maiores parcelas do volume de negócios gerado nos setores da eletricidade e água (77%) e dos outros serviços (60%). A região Norte era a mais relevante quando considerado o volume de negócios gerado pela construção e pela indústria (40% e 39%, respetivamente, do volume de negócios total de cada um destes setores).

Considerando a maturidade das empresas<sup>8</sup>, 54% das empresas em atividade em 2017 tinham até dez anos de atividade (Gráfico I.2.5). O peso das empresas mais jovens no total das empresas, de resto, tem aumentado desde 2014.

**Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por classes de maturidade das empresas (2017)**



<sup>8</sup> A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (21 anos ou mais).

No entanto, mais de metade do volume de negócios gerado pelas empresas não financeiras em 2017 teve origem em empresas em atividade há mais de 20 anos (56%), proporção que também tem aumentado sucessivamente desde 2011.

As empresas com até cinco anos de atividade assumiam maior relevância na generalidade dos setores de atividade: representavam 47% das empresas na agricultura e pescas, 41% nos outros serviços, 35% no comércio e 32% na eletricidade e água (Quadro I.2.2). Constituíam exceções a indústria, com 33% das empresas em atividade há mais de 20 anos, e a construção, onde 33% das empresas tinham entre 11 e 20 anos de atividade.

**Quadro I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica e classes de maturidade (2017)**

	Composição do número de empresas por maturidade				Composição do volume de negócios por maturidade			
	Até 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 20 anos	Mais de 20 anos	Até 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 20 anos	Mais de 20 anos
<b>Total das empresas</b>	<b>37,4%</b>	<b>16,6%</b>	<b>25,1%</b>	<b>21,0%</b>	<b>10,1%</b>	<b>9,7%</b>	<b>24,6%</b>	<b>55,6%</b>
Agricultura e pescas	46,5%	16,0%	19,0%	18,5%	19,5%	18,0%	27,7%	34,8%
Indústria	28,3%	14,0%	25,1%	32,5%	5,0%	7,7%	18,5%	68,8%
Eletricidade e água	32,1%	24,4%	29,4%	14,2%	3,9%	7,1%	41,0%	48,0%
Construção	31,1%	16,9%	33,1%	18,9%	18,5%	12,0%	24,2%	45,3%
Comércio	34,7%	15,9%	24,1%	25,3%	10,4%	8,9%	23,2%	57,5%
Outros serviços	41,2%	17,4%	24,3%	17,2%	14,4%	12,8%	29,0%	43,8%

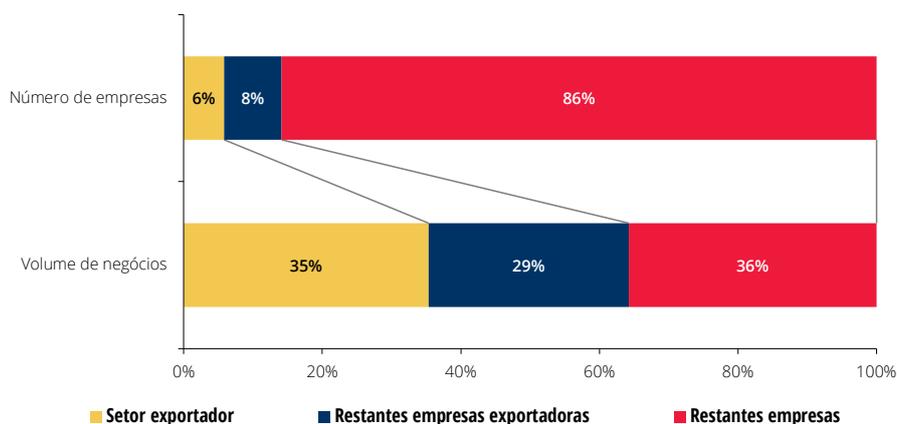
Nota: A sombreado encontra-se a classe de maturidade mais relevante por setor de atividade económica para cada um dos indicadores considerados.

Quando considerada a repartição do volume de negócios, as parcelas mais significativas foram geradas por empresas em atividade há mais de 20 anos em qualquer dos setores de atividade (entre 35% na agricultura e pescas e 69% na indústria). Esta classe de maturidade concentrava, aliás, a maioria das empresas de maior dimensão. Já 35% das microempresas tinham até 5 anos de atividade.

Em 2017, o setor exportador<sup>9</sup> era composto por 6% das empresas em atividade. Estas empresas geraram 35% do volume de negócios total das empresas não financeiras (Gráfico I.2.6).

<sup>9</sup> O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta da publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 22 – Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da *Nota de Informação Estatística n.º 122|2017*.

**Gráfico I.2.6 • Estruturas | Em função da integração no setor exportador (2017)**



O setor exportador assumia maior relevância no setor da indústria: 15% das empresas deste setor integravam o setor exportador; estas empresas foram responsáveis por 73% do volume de negócios gerado por esta atividade (Quadro I.2.3). Nos outros serviços, na agricultura e pescas e na construção, a parcela de empresas ligada ao setor exportador não representava mais de 5% das empresas. No setor do comércio, 6% das empresas integravam o setor exportador, ainda que 19% realizassem exportações.

**Quadro I.2.3 • Estruturas | Por setores de atividade económica e em função da integração no setor exportador (2017)**

	Composição do número de empresas em função da integração no setor exportador			Composição do volume de negócios em função da integração no setor exportador		
	Setor exportador	Restantes empresas exportadoras	Restantes empresas	Setor exportador	Restantes empresas exportadoras	Restantes empresas
<b>Total das empresas</b>	<b>5,8%</b>	<b>8,3%</b>	<b>85,9%</b>	<b>35,4%</b>	<b>28,9%</b>	<b>35,8%</b>
Agricultura e pescas	3,8%	5,4%	90,8%	18,8%	18,7%	62,5%
Indústria	15,1%	18,3%	66,5%	72,6%	17,5%	9,9%
Eletricidade e água	5,4%	9,1%	85,5%	30,6%	27,9%	41,5%
Construção	5,1%	4,3%	90,6%	26,6%	13,7%	59,6%
Comércio	5,6%	13,3%	81,1%	16,0%	44,8%	39,2%
Outros serviços	4,4%	4,9%	90,8%	30,0%	20,3%	49,7%

Nota: A sombreado encontram-se as classes, por setor de atividade económica, cujos pesos são superiores aos do total das empresas.

Tendo em conta a repartição do volume de negócios, 16% do volume de negócios do comércio foi gerado por empresas que integravam o setor exportador. No entanto, 61% esteve associado a empresas que exportaram em 2017, parcela ainda assim inferior à observada na indústria tendo em conta todas as empresas com exportações no setor (90%). A agricultura e pescas apresenta uma situação oposta à da indústria e do comércio: apenas 37% do volume de negócios foi gerado por empresas que registaram exportações em 2017, dos quais 19% associado a empresas que integravam o setor exportador.

Nesse ano, 86% das empresas, representativas de 36% do volume de negócios total, não registaram exportações.

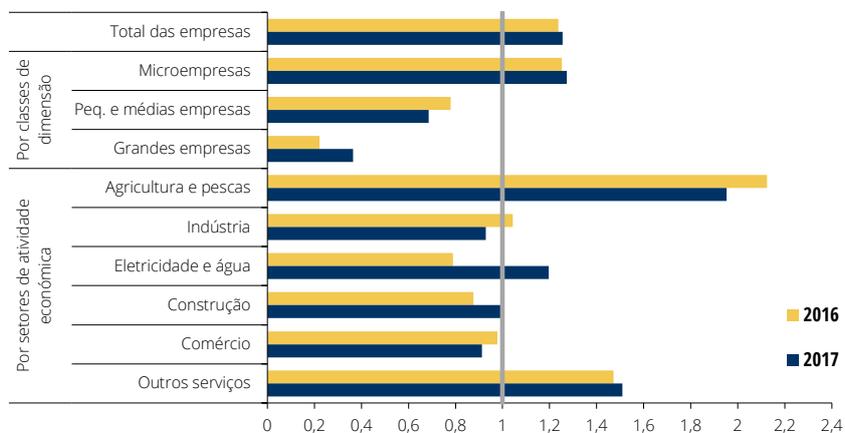
Das empresas em atividade há cinco ou menos anos, 6% pertenciam ao setor exportador, representando 23% do volume de negócios desta categoria. Das empresas com mais de 20 anos, 6% integravam o setor exportador e eram responsáveis por 40% do volume de negócios desta categoria.

## 2.2 Demografia

O número de empresas em atividade em Portugal aumentou 1,7% entre 2016 e 2017. O contributo para esta variação das mudanças de setor institucional (entradas e saídas do setor institucional das sociedades não financeiras) foi residual.

Por classes de dimensão, a dinâmica observada no total das empresas foi determinada pelas microempresas, classe com o maior peso relativo e que apresentou um rácio de natalidade/mortalidade igual a 1,3 (Gráfico I.2.7). Pelo contrário, as pequenas e médias empresas e as grandes empresas registaram rácios de natalidade/mortalidade inferiores à unidade: nas pequenas e médias empresas foram criadas cerca de duas empresas por cada três que cessaram atividade, enquanto nas grandes empresas foi criada apenas uma empresa por cada três que cessaram atividade.

**Gráfico I.2.7 • Rácio de natalidade/mortalidade**



Na agricultura e pescas, nos outros serviços e na eletricidade e água, o número de empresas em atividade aumentou. Na agricultura e pescas foram criadas duas empresas por cada uma que cessou atividade. Já nos outros serviços, por cada duas empresas que cessaram atividade foram criadas três empresas. Na eletricidade e água foram criadas seis novas empresas por cada cinco que cessaram atividade; neste setor, o rácio de natalidade/mortalidade (1,2) apresentou o maior aumento face a 2016 (rácio de 0,8).

Em contraste, o número de empresas em atividade diminuiu nos setores da indústria e do comércio. Nestes setores, foram criadas nove empresas por cada dez que cessaram atividade. Já o setor da construção registou um rácio de natalidade/mortalidade igual a 1.

# 3 Análise económica e financeira

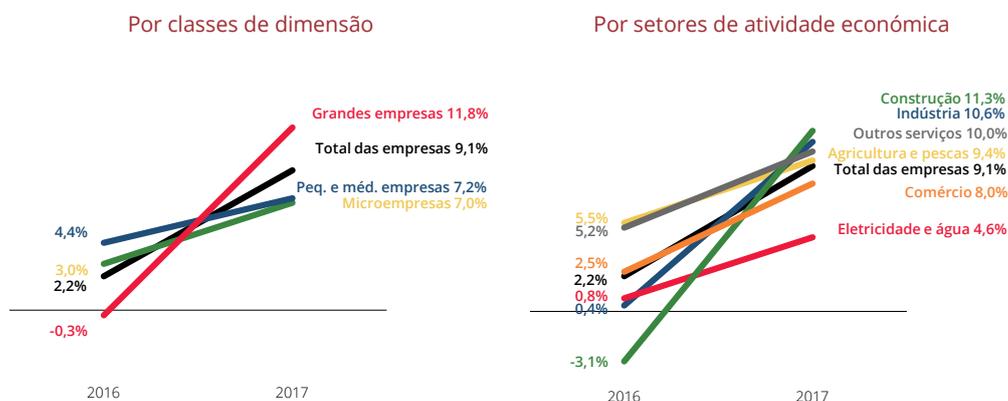
## 3.1 Atividade e rendibilidade

### 3.1.1 Volume de negócios

O volume de negócios das empresas aumentou 9% em 2017. De acordo com informação preliminar da Central de Balanços<sup>10</sup>, este indicador terá continuado a crescer no primeiro semestre de 2018.

O aumento do volume de negócios foi, em 2017, transversal a todas as classes de dimensão: 12% nas grandes empresas e 7% nas pequenas e médias empresas e nas microempresas (Gráfico I.3.1).

**Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Taxa de crescimento anual**



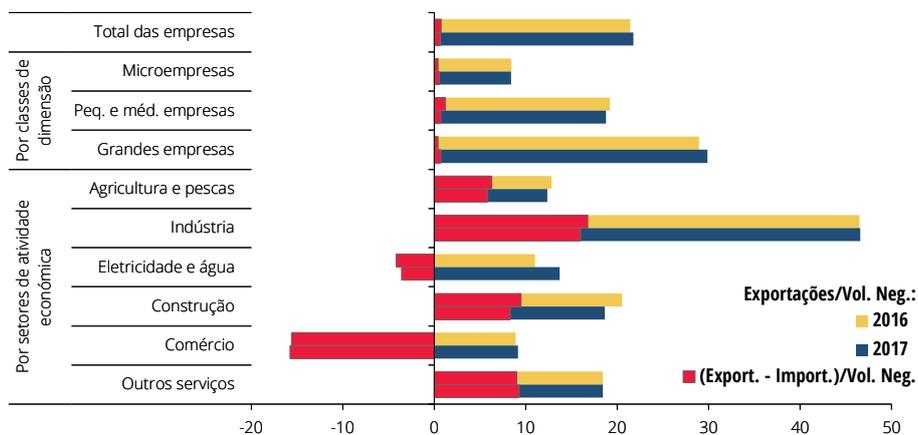
Também a nível setorial o aumento do volume de negócios foi generalizado. Em 2017, as variações do volume de negócios face ao ano anterior situaram-se entre 5% (na eletricidade e água) e 11% (na construção e na indústria).

A evolução do volume de negócios das empresas resultou dos contributos positivos do mercado interno e do mercado externo (6,8 pp e 2,3 pp, respetivamente). O peso das exportações no total do volume de negócios aumentou para 22% em 2017 (21% em 2016). O peso das importações no total da aquisição de bens e serviços manteve-se em 27%.

O saldo das transações de bens e serviços com o exterior permaneceu em 0,7% do volume de negócios (Gráfico I.3.2).

<sup>10</sup> As estatísticas da Central de Balanços publicadas no Capítulo G do *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal refletem já informação trimestral relativa a 2018 para o total das empresas, para um conjunto de agregados setoriais e por classes de dimensão das empresas.

**Gráfico I.3.2 • Mercado externo | Em percentagem do volume de negócios**



Nota: O gráfico reflete a componente exportada do volume de negócios e o diferencial desta componente face à componente importada das compras e dos fornecimentos e serviços externos, expressos, em ambos os casos, em percentagem do volume de negócios agregado.

O comércio e a eletricidade e água foram os únicos setores a apresentar saldos negativos (em 16% e 4% dos respetivos volumes de negócios), ainda que na eletricidade e água este indicador tenha aumentado 1 pp em relação a 2016.

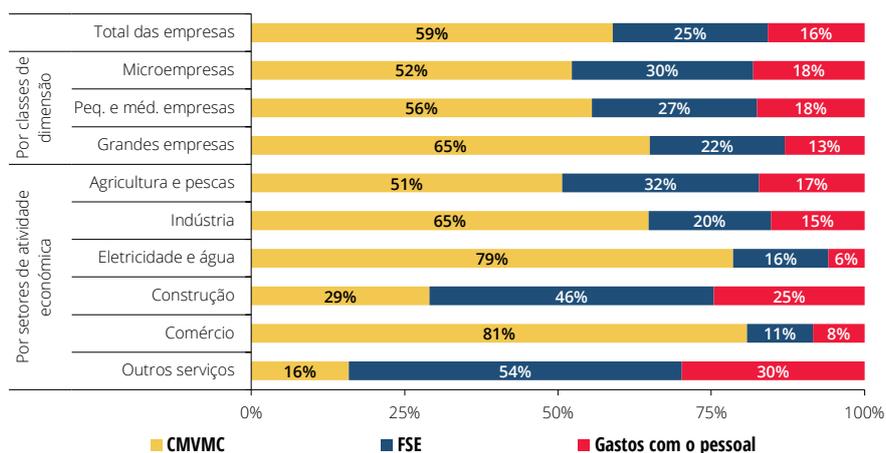
A indústria continuava a registar o saldo mais elevado (16%, apesar da redução de 1 pp que registou em 2017), seguindo-se os outros serviços (9%) e a construção (8%).

No que diz respeito à dimensão das empresas, todas as classes de dimensão apresentaram saldos das transações com o exterior positivos, em 2017, em torno do valor registado para o total das empresas.

### 3.1.2 Gastos da atividade operacional<sup>11</sup>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) constituiu a principal componente dos gastos associados à atividade operacional das empresas nacionais (59% em 2017), seguido dos fornecimentos e serviços externos (FSE) (25%) e dos gastos com o pessoal (16%) (Gráfico I.3.3).

**Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2017)**



<sup>11</sup> O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

As estruturas dos gastos da atividade operacional das diferentes classes de dimensão eram semelhantes à estrutura registada ao considerar o total das empresas, sendo de realçar, ainda assim, o menor peso dos gastos com o pessoal nas maiores empresas.

Com exceção dos outros serviços e da construção, a maior relevância do CMVMC na estrutura dos gastos da atividade operacional caracterizava todos os setores de atividade. Era mais expressiva no comércio (81%) e na eletricidade e água (79%). Em contraste, nos outros serviços e na construção, os FSE eram a componente que mais pesava nos gastos da atividade operacional (54% e 46%, respetivamente), enquanto o CMVMC representava 16% e 29% dos respetivos gastos da atividade operacional.

Em 2017, os gastos da atividade operacional aumentaram 9% em relação a 2016, tendo o aumento sido transversal às suas componentes: variações de 10% no CMVMC, 8% nos FSE e 7% nos gastos com o pessoal (Quadro I.3.1).

**Quadro I.3.1 • Gastos da atividade operacional | Taxa de crescimento anual (2017)**

		CMVMC	FSE	Gastos com o pessoal	Gastos da ativ. operacional
<b>Total das empresas</b>		<b>10,5%</b>	<b>8,1%</b>	<b>6,9%</b>	<b>9,3%</b>
Por classes de dimensão	Microempresas	5,3%	9,1%	5,7%	6,5%
	Peq. e méd. empresas	7,2%	7,4%	6,1%	7,1%
	Grandes empresas	15,3%	8,6%	8,7%	12,9%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	6,7%	10,7%	10,1%	8,5%
	Indústria	13,5%	6,3%	6,6%	10,9%
	Eletricidade e água	11,0%	4,9%	5,2%	9,7%
	Construção	14,5%	11,9%	4,8%	10,8%
	Comércio	8,4%	5,8%	4,9%	7,8%
	Outros serviços	14,5%	9,1%	8,6%	9,8%

Nota: O sombreado escuro destaca as maiores variações positivas, por classe de dimensão e por setor de atividade económica. O sombreado claro identifica todas as variações positivas.

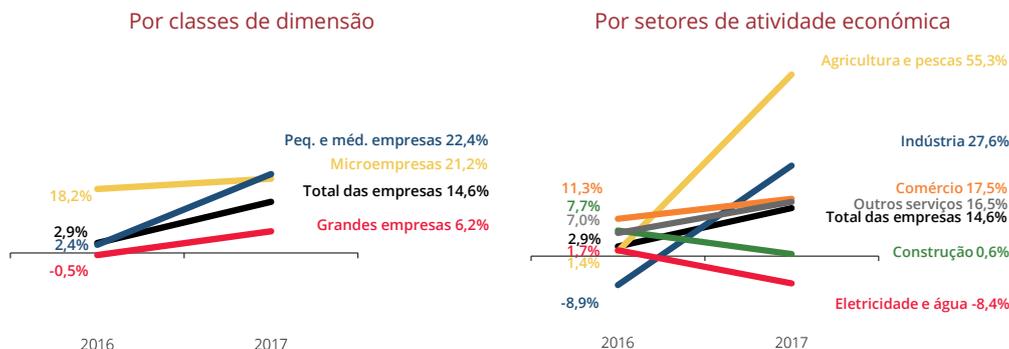
O crescimento dos gastos associados à atividade operacional foi também registado de forma dispersa pelas várias classes de dimensão e setores de atividade. Tendo em conta a dimensão das empresas, estes gastos variaram entre 6% (nas microempresas) e 13% (nas grandes empresas). Já em termos setoriais, as variações situaram-se entre 8% (no comércio) e 11% (na indústria e na construção).

Todas as componentes dos gastos operacionais registaram aumentos em todas as classes de dimensão e setores de atividade económica. O CMVMC aumentou de forma mais significativa na construção, nos outros serviços e na indústria (14%, nos três casos). A construção apresentou também o maior crescimento dos FSE (12%). A agricultura e pescas foi o setor que registou o maior aumento dos gastos com o pessoal (10%).

### 3.1.3 EBITDA<sup>12</sup>

O EBITDA das empresas aumentou 15% em 2017, relativamente a 2016 (Gráfico I.3.4). O aumento do EBITDA foi transversal a todas as classes de dimensão, mas foi mais expressivo nas classes de menor dimensão: 22% nas pequenas e médias empresas e 21% nas microempresas. Nas grandes empresas, o EBITDA cresceu 6%.

Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual



No que respeita aos setores de atividade económica, apenas a eletricidade e água registou um decréscimo do EBITDA (de 8%). O setor da agricultura e pescas apresentou o maior aumento do EBITDA (55%) e a construção o menor (1%). O EBITDA aumentou 17% nos outros serviços e no comércio e 28% na indústria.

Em 2017, apesar de o EBITDA ter aumentado em termos agregados, menos de metade das empresas apresentou uma taxa de variação positiva do EBITDA relativamente ao ano anterior (43%) (Quadro I.3.2). A parcela de empresas nesta situação foi crescente com a classe de dimensão das empresas: 42% nas microempresas, 56% nas pequenas e médias empresas e 58% nas grandes empresas. Atendendo ao setor de atividade económica, a proporção de empresas com variação positiva do EBITDA face ao ano anterior oscilou entre 42% na agricultura e pescas e 45% na eletricidade e água e na indústria.

Quadro I.3.2 • Empresas com crescimento anual do EBITDA e empresas com EBITDA negativo

		Peso das empresas com crescimento anual do EBITDA		Peso das empresas com EBITDA negativo	
		2016	2017	2016	2017
<b>Total das empresas</b>		<b>43,2%</b>	<b>43,4%</b>	<b>31,3%</b>	<b>30,2%</b>
Por classes de dimensão	Microempresas	41,9%	41,8%	33,5%	32,5%
	Peq. e méd. empresas	54,3%	55,7%	13,6%	12,3%
	Grandes empresas	56,1%	58,4%	8,9%	8,0%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	46,6%	42,2%	27,4%	27,3%
	Indústria	44,6%	45,3%	25,6%	25,2%
	Eletricidade e água	46,6%	45,4%	26,7%	25,9%
	Construção	42,2%	43,5%	29,9%	27,4%
	Comércio	43,0%	43,6%	32,1%	31,0%
	Outros serviços	43,0%	42,9%	32,8%	31,8%

<sup>12</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

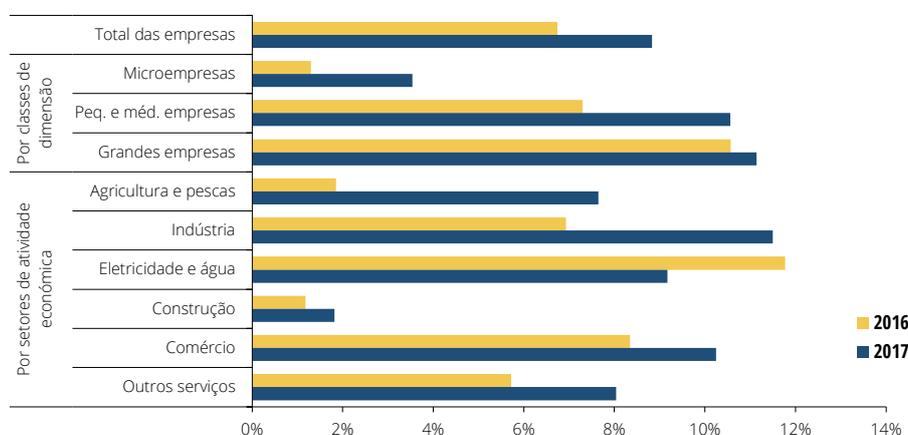
A percentagem de empresas com EBITDA negativo decresceu 1 pp em 2017, para 30%. Este indicador foi negativo em 32% das microempresas, 12% das pequenas e médias empresas e 8% das grandes empresas. No que diz respeito aos setores de atividade económica, o peso das empresas com EBITDA negativo situou-se entre os 25% na indústria e os 32% nos outros serviços.

É de notar que 67% das empresas cujo EBITDA aumentou registaram também crescimento do volume de negócios. Acresce que, para 60% das empresas cujo EBITDA aumentou, este aumento aconteceu apesar do acréscimo dos gastos operacionais.

### 3.1.4 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios<sup>13</sup> das empresas ascendeu a 9% em 2017, mais 2 pp do que em 2016 (Gráfico I.3.5). De acordo com os dados preliminares disponíveis, esta rendibilidade terá continuado a aumentar no primeiro semestre de 2018.

**Gráfico I.3.5 • Rendibilidade dos capitais próprios**



A rendibilidade foi positiva para todas as classes de dimensão e setores de atividade económica. As grandes empresas apresentaram a rendibilidade mais elevada (11%, mais 1 pp do que em 2016), a par das pequenas e médias empresas (11%, mais 3 pp do que em 2016), seguindo-se as microempresas (4%, mais 2 pp do que em 2016).

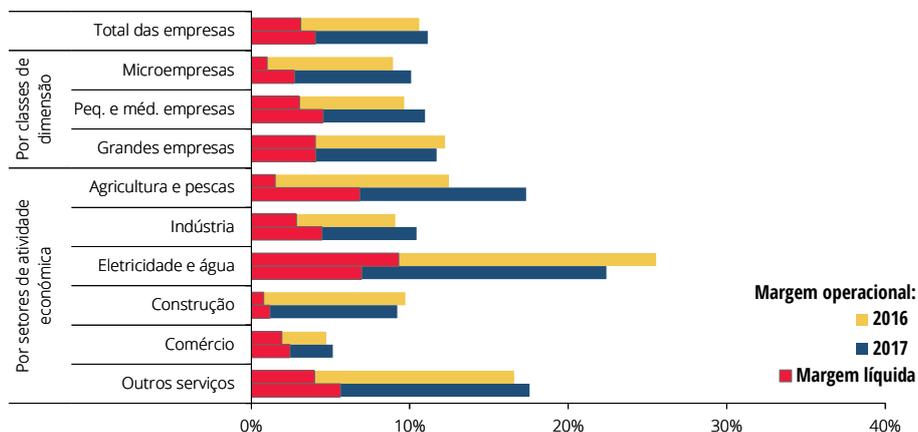
Em termos setoriais, a indústria registou (pela primeira vez na série de dados disponível desde 2010) a rendibilidade dos capitais próprios mais elevada (11%), superando as obtidas pelo comércio (10%) e pela eletricidade e água (9%). Para esta situação contribuíram o aumento da rendibilidade da indústria e do comércio (em 5 pp e 2 pp, respetivamente) e a redução, em 3 pp, da rendibilidade da eletricidade e água.

A rendibilidade dos outros setores de atividade aumentou em 2017. O crescimento da rendibilidade foi mais significativo na agricultura e pescas (6 pp, para 8%) e nos outros serviços (2 pp, para 8%). A construção, cuja rendibilidade aumentou 1 pp, continuou a ser o setor com a menor rendibilidade dos capitais próprios (2%).

<sup>13</sup> A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

Em 2017, a margem operacional do total das empresas (indicador que relaciona o EBITDA com o total de rendimentos<sup>14</sup>) situou-se em 11%, um valor similar ao registado em 2016 (Gráfico I.3.6). A margem operacional foi de 12% nas grandes empresas (menos 0,5 pp do que em 2016), 11% nas pequenas e médias empresas (mais 1 pp) e 10% nas microempresas (mais 1 pp).

**Gráfico I.3.6 • Margem operacional e margem líquida**



Em termos setoriais, o setor da eletricidade e água continuou a apresentar a margem operacional mais elevada (22%), apesar de ter registado a maior redução deste indicador face a 2016 (3 pp). A margem operacional da agricultura e pescas aumentou 5 pp (para 17%). O comércio era o setor que apresentava a menor margem operacional (5%).

Já a margem líquida das empresas (indicador que relaciona o resultado líquido com os rendimentos do período) aumentou 1 pp, para 4% em 2017. A margem líquida ascendeu a 5% nas pequenas e médias empresas, 4% nas grandes empresas e 3% nas microempresas.

Por segmentos de atividade, a eletricidade e água e a agricultura e pescas apresentaram os melhores desempenhos na margem líquida (7%, em ambos os casos). Pelo contrário, a construção exibiu a menor margem líquida (1%).

Com exceção da eletricidade e água, todos os setores de atividade económica apresentaram margens líquidas superiores às registadas em 2016, destacando-se o aumento de 5 pp registado na agricultura e pescas.

Em 2017, 34% das empresas registaram aumentos nas margens operacional e líquida. A grande maioria das empresas que aumentaram a margem operacional também apresentaram um aumento da margem líquida (92%). No entanto, uma em cada dez empresas com margem operacional positiva tinha margem líquida negativa, por força dos gastos de financiamento da atividade e das amortizações e depreciações, essencialmente.

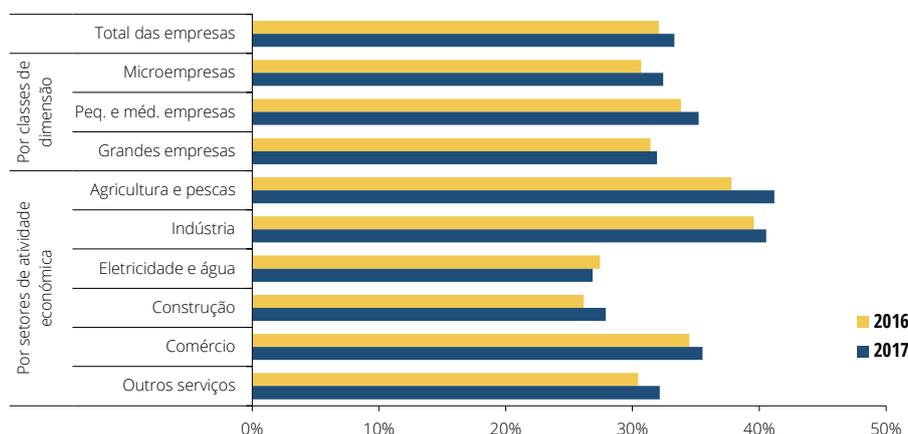
<sup>14</sup> Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

## 3.2 Situação financeira

### 3.2.1 Estrutura financeira

A autonomia financeira das empresas foi de 33% em 2017, mais 1 pp do que em 2016 (Gráfico I.3.7).

**Gráfico I.3.7 • Autonomia financeira**

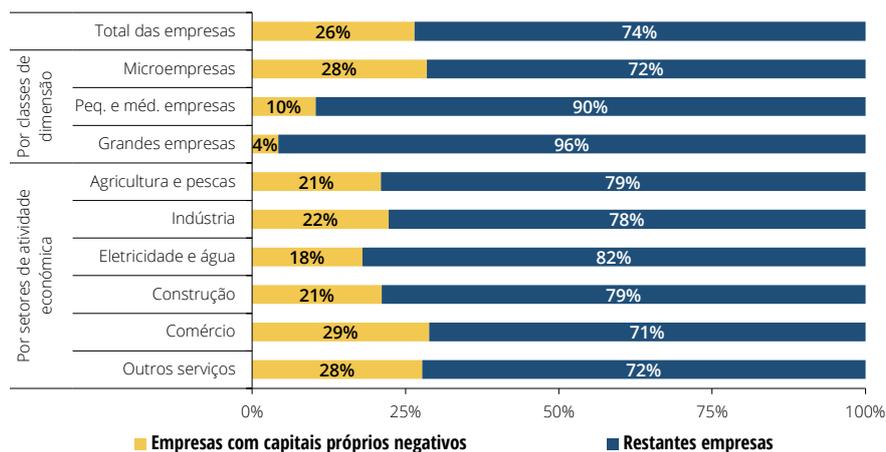


Atendendo à dimensão das empresas, 35% do ativo das pequenas e médias empresas era financiado por capitais próprios, valor que comparava com 32% nas microempresas e nas grandes empresas.

Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas e a indústria eram os setores com maior autonomia financeira (41%, em ambos os casos), seguindo-se o comércio (36%). A eletricidade e água e a construção apresentavam os valores de autonomia financeira mais baixos (27% e 28%, respetivamente).

A elevada dependência de capital alheio era particularmente crítica para 26% das empresas, as quais apresentavam capitais próprios negativos em 2017 (Gráfico I.3.8). Esta proporção diminuiu 0,4 pp face a 2016.

**Gráfico I.3.8 • Empresas com capitais próprios negativos (2017)**



Em 2017, 28% das microempresas, 10% das pequenas e médias empresas e 4% das grandes empresas tinham capitais próprios negativos, valores inferiores, em qualquer dos casos, aos registados em 2016.

O comércio e os outros serviços eram os setores nos quais a percentagem de empresas com capitais próprios negativos era maior (29% e 28%, respetivamente). Em oposição, o setor da eletricidade e água era aquele que apresentava a parcela mais reduzida de empresas nesta situação (18%), ainda

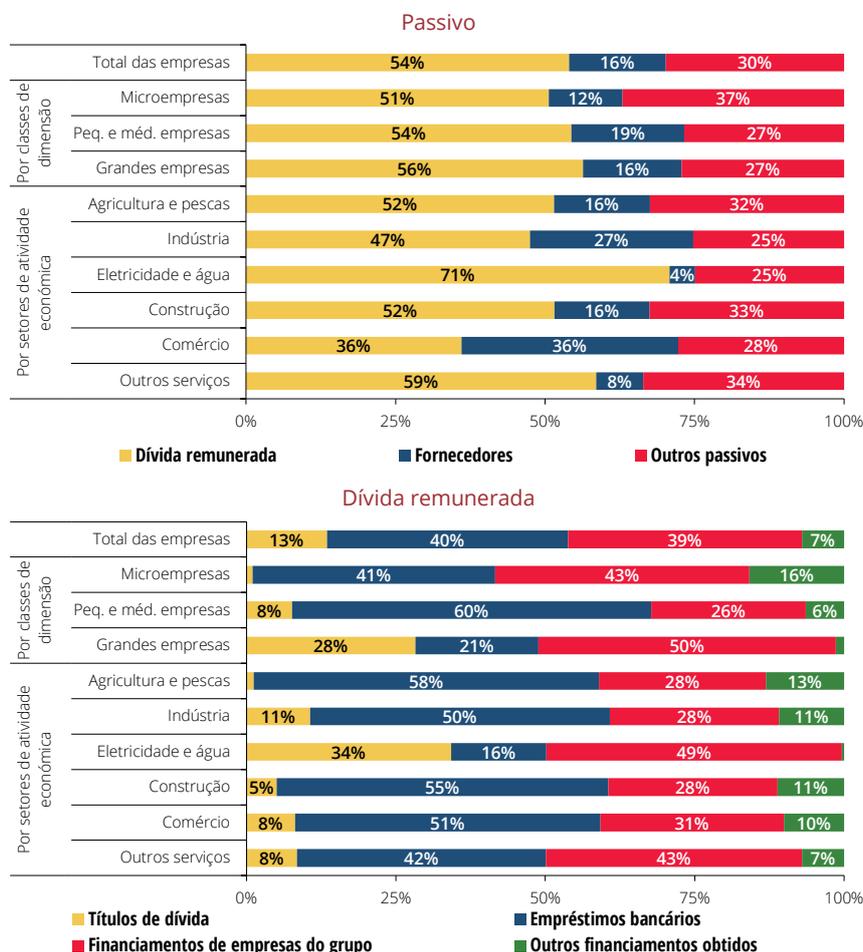
que, conjuntamente com a agricultura e pescas, tenha registado, em comparação com 2016, um aumento marginal da proporção de empresas com capitais próprios negativos.

A autonomia financeira da generalidade dos setores de atividade aumentou em 2017, em relação a 2016, destacando-se o aumento de 3 pp registado na agricultura e pescas. A autonomia financeira apenas diminuiu na eletricidade e água (1 pp).

Entre as empresas com capitais próprios positivos, o aumento da autonomia financeira deveu-se principalmente a variações positivas dos capitais próprios: 53% destas empresas observaram um aumento do capital próprio superior ao do ativo e 33% apresentaram simultaneamente um acréscimo do capital próprio e uma redução do ativo. Em 14% destas empresas, o aumento da autonomia financeira decorreu de uma redução do ativo conjugada com uma menor redução (ou mesmo manutenção) do capital próprio.

A dívida remunerada<sup>15</sup> e as dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) continuavam a ser as principais fontes de financiamento alheio, representando em conjunto 70% do passivo das empresas em 2017, dos quais 54 pp associados a dívida remunerada e 16 pp a créditos comerciais. O remanescente correspondia a outros passivos, que incluem, por exemplo, dívidas ao Estado, a acionistas e sócios e outras contas a pagar<sup>16</sup> (Gráfico I.3.9).

Gráfico I.3.9 • Passivo | Estrutura (2017)



<sup>15</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

<sup>16</sup> A classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

O peso da dívida remunerada era tanto maior quanto maior a classe de dimensão das empresas: representava 51% do passivo das microempresas, 54% nas pequenas e médias empresas, e 56% nas grandes empresas. Em termos setoriais, a dívida remunerada apresentava maior relevância nos setores da eletricidade e água (71% do passivo) e dos outros serviços (59% do passivo). Estes pesos eram idênticos aos observados em 2016.

Os empréstimos bancários<sup>17</sup> representavam 40% da dívida remunerada das empresas, seguindo-se os financiamentos de empresas do grupo (39%) e os títulos de dívida (13%). Os outros financiamentos correspondiam a 7% da dívida remunerada.

Os empréstimos bancários correspondiam a 60% da dívida remunerada das pequenas e médias empresas. Esta proporção era maior do que a observada pelas grandes empresas e pelas microempresas (21% e 41%, respetivamente). Já os financiamentos de empresas do grupo pesavam mais nas grandes empresas (50% da dívida remunerada) do que nas microempresas (43%) e nas pequenas e médias empresas (26%). O peso dos títulos de dívida no total da dívida remunerada era de 28% nas grandes empresas e de 8% e 1% nas pequenas e médias empresas e nas microempresas, respetivamente.

A maior preponderância dos empréstimos bancários na dívida remunerada das empresas era transversal a todos os setores de atividade, com exceção da eletricidade e água e dos outros serviços. No caso da eletricidade e água, a menor relevância dos empréstimos bancários (16% da dívida remunerada) era compensada pela maior importância dos financiamentos de empresas do grupo (49%) e dos títulos de dívida (34%). Já nos outros serviços, o peso dos empréstimos bancários era similar ao dos financiamentos de empresas do grupo (em torno de 42% da dívida remunerada do setor).

O passivo das empresas não financeiras aumentou 2% em 2017, relativamente a 2016, destacando-se o aumento dos créditos comerciais (4%) e dos outros passivos (3%) (Quadro I.3.3). A dívida remunerada também cresceu (1%), refletindo um aumento dos títulos de dívida (14%) e dos outros financiamentos obtidos (6%).

**Quadro I.3.3 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2017)**

		Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo total
<b>Total das empresas</b>		<b>0,9%</b>	<b>4,2%</b>	<b>2,6%</b>	<b>1,9%</b>
Por classes de dimensão	Microempresas	-3,2%	-1,5%	-0,2%	-1,9%
	Peq. e méd. empresas	2,1%	3,4%	7,4%	3,7%
	Grandes empresas	2,9%	9,0%	1,0%	3,3%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	5,4%	3,0%	5,8%	5,2%
	Indústria	-2,8%	6,2%	0,8%	0,4%
	Eletricidade e água	5,6%	13,8%	-3,6%	3,5%
	Construção	-7,7%	2,5%	-2,7%	-4,6%
	Comércio	6,2%	4,2%	6,8%	5,6%
	Outros serviços	0,5%	0,7%	4,8%	1,9%

Nota: O sombreado escuro destaca as maiores variações positivas, por classe de dimensão e por setor de atividade económica. O sombreado claro identifica todas as variações positivas.

<sup>17</sup> A caixa 1 "Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

Por classes de dimensão, o passivo diminuiu 2% nas microempresas e aumentou 4% nas pequenas e médias empresas e 3% nas grandes empresas. Em termos setoriais, o passivo apenas diminuiu na construção (5%). Nos restantes setores, o passivo aumentou entre 0,4% (na indústria) e 6% (no comércio).

Em 2017, 44% das empresas registaram aumentos do passivo em relação a 2016; destas empresas, 30% aumentaram a sua dívida remunerada. Entre as empresas cujo passivo diminuiu, 41% apresentaram diminuições na dívida remunerada.

### 3.2.2 Gastos de financiamento e solvabilidade

Os gastos de financiamento<sup>18</sup> das empresas diminuíram, em média, 6% em 2017, relativamente a 2016 (Quadro I.3.4). Os dados preliminares da Central de Balanços apontam para que a diminuição dos gastos de financiamento tenha continuado no primeiro semestre de 2018.

**Quadro I.3.4 • Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento e pressão financeira**

		Taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento		Pressão financeira (Gastos de financiamento/EBITDA)	
		2016	2017	2016	2017
<b>Total das empresas</b>		<b>-11,1%</b>	<b>-6,2%</b>	<b>20,1%</b>	<b>16,4%</b>
Por classes de dimensão	Microempresas	-13,3%	-14,0%	27,1%	19,3%
	Peq. e méd. empresas	-10,6%	-2,7%	19,6%	15,6%
	Grandes empresas	-10,6%	-5,9%	18,3%	16,2%
Por setores de atividade económica	Agricultura e pescas	-9,2%	-4,1%	16,6%	10,2%
	Indústria	-17,3%	-7,1%	12,1%	8,8%
	Eletricidade e água	-2,3%	-2,4%	26,9%	28,6%
	Construção	-20,5%	-16,8%	49,5%	40,9%
	Comércio	-17,2%	-5,3%	12,4%	10,0%
	Outros serviços	-8,7%	-5,0%	20,9%	17,0%

Nota: O sombreado identifica os valores mais elevados (em termos absolutos), por classe de dimensão e por setor de atividade económica.

Por classes de dimensão, os gastos de financiamento diminuíram, em média, 14% nas microempresas, 6% nas grandes empresas e 3% nas pequenas e médias empresas. Em termos setoriais, a redução dos gastos de financiamento foi igualmente transversal a todos os setores de atividade, tendo sido mais acentuada na construção (17%). O setor da eletricidade e água registou a menor diminuição dos gastos de financiamento (2%).

Mais de metade (53%) das empresas que suportavam gastos de financiamento em 2017 registaram decréscimos desse indicador relativamente a 2016. Em 24% das empresas cujos

<sup>18</sup> O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

gastos de financiamento diminuíram, esta redução aconteceu apesar de a dívida remunerada ter aumentado. Pelo contrário, os gastos de financiamento aumentaram em 42% das empresas, das quais 37% apresentaram, em 2017, uma subida do montante associado à dívida remunerada.

A conjugação da evolução dos gastos de financiamento com o aumento do EBITDA determinou uma diminuição da pressão financeira sobre as empresas (medida pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA). Em 2017, a pressão financeira das empresas era de 16% (valor mínimo da série de dados disponível), menos 4 pp do que em 2016.

A diminuição da pressão financeira foi registada em todas as classes de dimensão, tendo sido mais expressiva nas microempresas (8 pp). A pressão financeira foi de 19% nas microempresas e de 16% nas grandes empresas e nas pequenas e médias empresas.

Por setores de atividade económica, a construção e a agricultura e pescas registaram as maiores diminuições da pressão financeira (9 pp e 6 pp, respetivamente). A construção era, ainda assim, o setor com a pressão financeira mais elevada (41%). A eletricidade e água (29%) e os outros serviços (17%) também apresentaram pressões financeiras superiores às do total das empresas. A eletricidade e água foi, de resto, o único setor no qual a pressão financeira aumentou em 2017 (2 pp), comparativamente com 2016, em consequência de uma redução do EBITDA maior do que a redução dos gastos de financiamento. Nos restantes setores de atividade, a parcela do EBITDA absorvida pelos gastos de financiamento variou entre 9% (na indústria) e 17% (nos outros serviços).

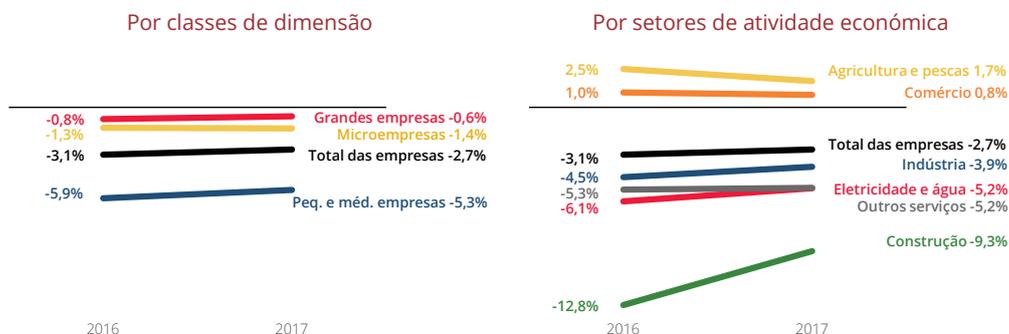
Entre as empresas que apresentaram diminuições da pressão financeira em 2017, cerca de metade (51%) registou, simultaneamente, um aumento do EBITDA e uma redução dos gastos de financiamento, enquanto 26% registaram reduções dos gastos de financiamento superiores às do EBITDA. Em 21% dos casos, a pressão financeira diminuiu apesar do aumento dos gastos de financiamento, na sequência de um maior crescimento do EBITDA.

### 3.2.3 Financiamento por dívida comercial

Em 2017, o financiamento por dívida comercial representava 16% do passivo das empresas.

O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes, avaliado em termos líquidos, continuou a ser negativo em 2017, equivalente a 3% do volume de negócios. Esta situação indica que as empresas continuaram a não obter financiamento por esta via, em termos médios, ao financiarem os seus clientes num valor superior ao financiamento que obtinham junto dos seus fornecedores (Gráfico I.3.10).

**Gráfico I.3.10 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).

O saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes foi negativo para todas as classes de dimensão. As pequenas e médias empresas apresentaram o valor mais negativo (equivalente a 5% do respetivo volume de negócios). As microempresas e as grandes empresas registaram níveis de financiamento líquido por dívida comercial equivalentes a -1% dos respetivos volumes de negócios.

Em termos setoriais, a agricultura e pescas e o comércio foram os únicos setores com financiamento líquido por dívida comercial positivo (equivalente a 2% e 1% do volume de negócios destes setores, respetivamente). Em oposição, a construção registou o saldo mais negativo, correspondente a 9% do respetivo volume de negócios, embora este indicador tenha aumentado 3 pp face a 2016.

Apesar de o total das empresas, enquanto agregado, não ter registado um financiamento líquido por dívida comercial positivo em 2017, 33% das empresas em Portugal conseguiram obter financiamento líquido por esta via.

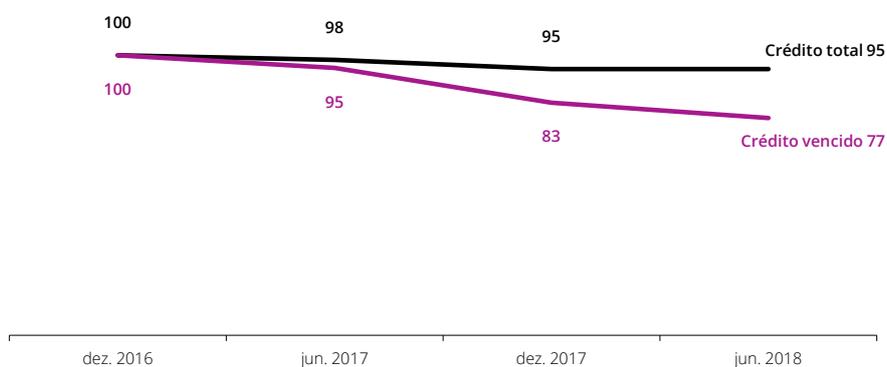
A caixa 1 “Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente” apresenta informação adicional sobre os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente às empresas portuguesas e as respetivas situações de incumprimento. Estes dados revelam alguma estabilização no acesso ao financiamento junto do setor financeiro residente e nos níveis de incumprimento, face a anos anteriores.

Na caixa 2 “Empresas sem empréstimos bancários” é apresentada uma breve caracterização das empresas que não recorreram a este tipo de financiamento. Esta situação está maioritariamente ligada a empresas de reduzida dimensão, com poucos anos em atividade ou menos dinâmicas (para elencar apenas alguns dos aspetos analisados). Contudo, é possível identificar um conjunto de empresas que não recorrem a endividamento bancário apesar de não verificarem estas características.

### Caixa 1 • Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente<sup>19</sup>

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, o montante de empréstimos concedidos pelas instituições de crédito residentes (IC<sup>20</sup>) às empresas não financeiras praticamente não se alterou desde o final de 2017, depois de ter diminuído nos anos anteriores: no final de junho de 2018, o *stock* de crédito concedido era similar ao valor observado no final de 2017 (Gráfico C1.1). Por outro lado, o montante de crédito vencido<sup>21</sup>, que tinha crescido até 2015, continuou a diminuir: o *stock* de crédito vencido registado no final de junho de 2018 era equivalente a 77% do crédito vencido registado no final de 2016 (65% do valor registado em junho de 2015).

Gráfico C1.1 • Evolução do financiamento obtido junto de IC residentes e respetivo crédito vencido (final de 2016=100)



Nota: A rubrica “Crédito total” agrega os financiamentos obtidos por empresas não financeiras junto de IC residentes, independentemente de estes se encontrarem em situação regular ou em incumprimento (“Crédito vencido”).

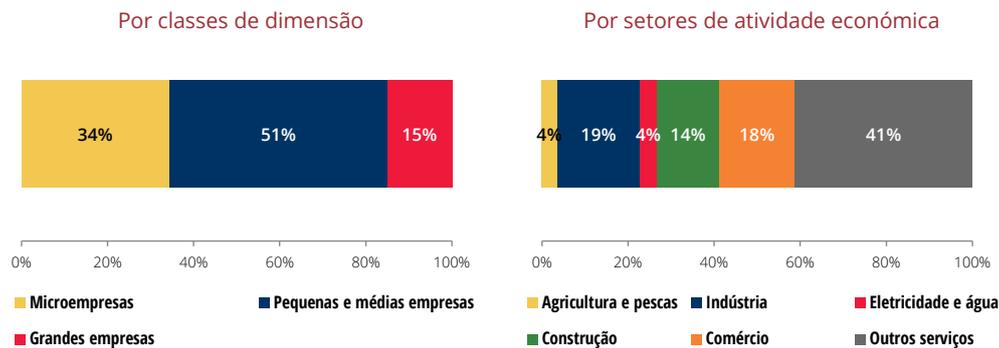
No final do primeiro semestre de 2018, 51% do crédito concedido às empresas não financeiras foi concedido a pequenas e médias empresas. As microempresas agregavam 34% deste montante, e as grandes empresas 15% (Gráfico C1.2).

<sup>19</sup> Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, a qual é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

<sup>20</sup> Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo, bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. No final do primeiro semestre de 2018, cerca de 95% do crédito concedido a empresas não financeiras por instituições de crédito (IC) residentes teve origem em bancos.

<sup>21</sup> O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

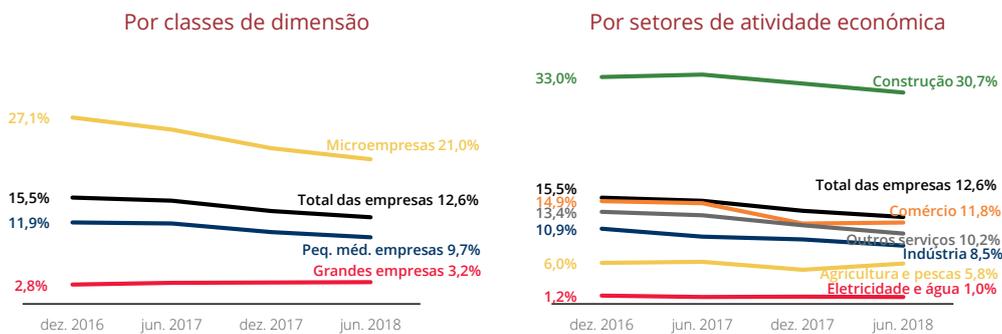
**Gráfico C1.2 • Estrutura do financiamento obtido junto de IC residentes (final do primeiro semestre de 2018)**



As empresas ligadas aos outros serviços agregavam 41% do crédito concedido pelo setor financeiro residente ao conjunto das empresas não financeiras no final do primeiro semestre de 2018. Seguiam-se a indústria, o comércio e a construção, atividades que representavam, respetivamente, 19%, 18% e 14% do crédito total no mesmo período. Por comparação com o final de 2017, diminuiu a proporção de crédito associada à construção (0,4 pp), compensada pelo aumento do peso assumido pela indústria (0,5 pp).

No final de junho de 2018, o rácio de crédito vencido<sup>22</sup> das empresas não financeiras era de 12,6%, inferior aos 13,5% registados no final de 2017 e aos 15,5% registados no final de 2016 (Gráfico C1.3). A diminuição observada entre o final de 2017 e o final do primeiro semestre de 2018 decorreu da variação do rácio de crédito vencido das microempresas (-1,6 pp) e das pequenas e médias empresas (-0,7 pp), uma vez que o rácio de crédito vencido das grandes empresas aumentou 0,1 pp no mesmo período. O nível de incumprimento das grandes empresas (3,2%) era, ainda assim, inferior ao das pequenas e médias empresas (9,7%) e ao das microempresas (21,0%).

**Gráfico C1.3 • Rácios de crédito vencido (valores em fim de período)**



O rácio de crédito vencido da construção permanecia superior ao das demais atividades: no final do primeiro semestre de 2018, 30,7% do crédito concedido pelo setor financeiro residente a empresas deste setor encontrava-se em incumprimento, proporção que compara com 11,8%, no comércio, e 10,2%, nos outros serviços.

<sup>22</sup> Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal. O rácio de crédito vencido corresponde à proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido.

A eletricidade e água apresentava, à semelhança de anos anteriores, o rácio de crédito vencido mais baixo (1,0%). O nível de incumprimento deste setor praticamente não se alterou relativamente ao registado no final 2017.

Na construção, nos outros serviços e na indústria, os rácios de crédito vencido diminuíram, respetivamente, 1,3 pp, 1,2 pp e 0,9 pp, em linha com o registado para o total das empresas.

Em contraponto, os rácios de crédito vencido dos setores da agricultura e pescas e do comércio aumentaram 0,9 pp e 0,2 pp no mesmo período.

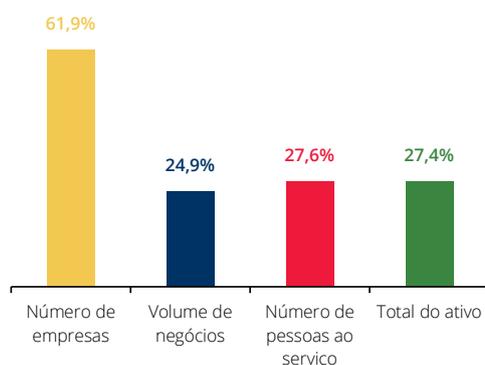
### Caixa 2 • Empresas sem empréstimos bancários

Para financiar o investimento ou a sua atividade, as empresas utilizam diversas formas de financiamento. Podem recorrer a capitais próprios (associados ao investimento que os seus acionistas ou sócios fazem na sua atividade, quer através da entrada de capital, quer através da acumulação de resultados) ou a capitais alheios (obtidos junto de outros agentes económicos sob a forma de dívida remunerada, dívida comercial ou outros passivos).

Os empréstimos bancários constituem uma das formas mais relevantes de financiamento das empresas portuguesas. Em 2017, 15% do ativo das empresas portuguesas era financiado por empréstimos bancários. No entanto, uma parcela relevante de empresas em atividade não recorria a esta forma de financiamento<sup>23</sup>.

Em 2017, estavam nesta situação 62% das empresas em atividade. Estas empresas representavam 28% do número de pessoas ao serviço, 27% do total do ativo e 25% do volume de negócios associado ao total de empresas em Portugal (Gráfico C2.1).

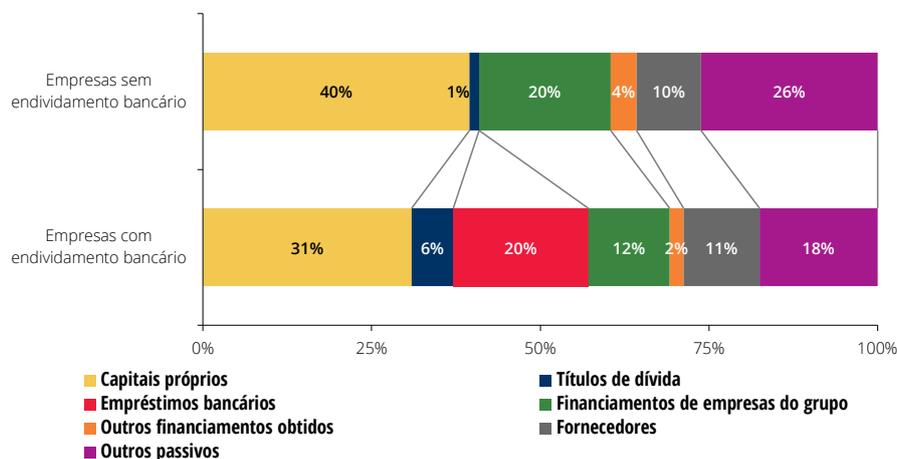
#### Gráfico C2.1 • Peso das empresas sem endividamento bancário (2017)



<sup>23</sup> A análise desenvolvida nesta caixa tem subjacente a informação reportada pelas empresas na IES. Estes dados são objeto de um processo de controlo de qualidade que visa assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados. Este processo tem em conta informação relativa ao financiamento das empresas, obtida a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal, como é o caso da Central de Responsabilidades de Crédito. É de notar, não obstante, que os elementos apresentados nesta caixa refletem apenas a situação patrimonial das empresas não financeiras de acordo com os respetivos balanços contabilísticos. A situação patrimonial pode divergir da informação apurada com base nos saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, na medida em que estes podem respeitar a empresas já extintas, e que, por isso, não reportam IES, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada.

A estrutura do financiamento destas empresas apresentava, conseqüentemente, uma composição distinta em relação ao observado para as restantes empresas. Caracterizava-se pelo maior peso dos capitais próprios, dos outros passivos e dos financiamentos de empresas do grupo, ao passo que a relevância dos títulos de dívida era menor (Gráfico C2.2).

**Gráfico C2.2 • Financiamento | Estrutura quanto ao nível de endividamento bancário (2017)**

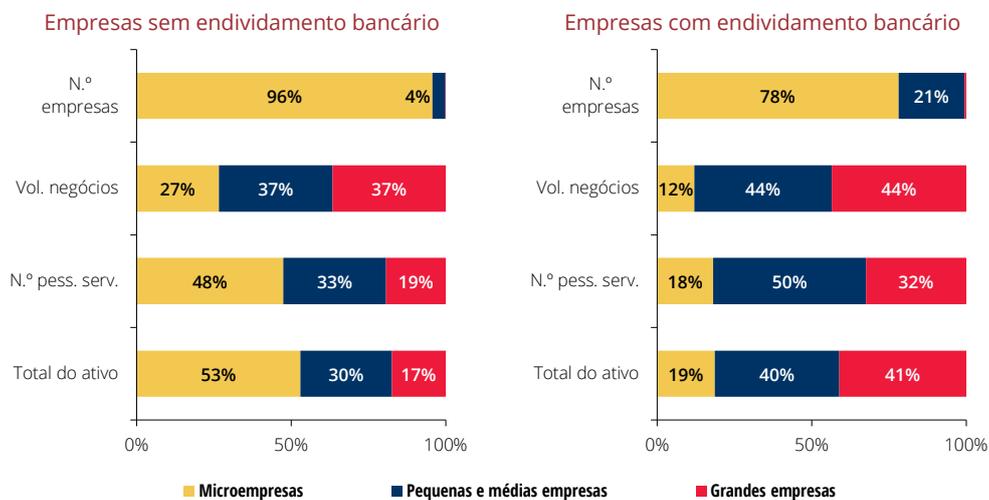


Caraterísticas como a dimensão ou a maturidade das empresas são muitas vezes apontadas como justificação para determinadas empresas não recorrerem a empréstimos bancários. No entanto, a análise deste conjunto de empresas revela que existem empresas de diferentes classes de dimensão e de maturidade (entre outras caraterísticas) que não obtêm financiamento desta forma.

Nesta caixa são exploradas diferentes caraterísticas descritivas das empresas sem endividamento bancário, sem que seja apresentada, no entanto, qualquer relação de causalidade entre estas caraterísticas e o fenómeno estudado. Não é igualmente desenvolvida qualquer inferência estatística a este nível.

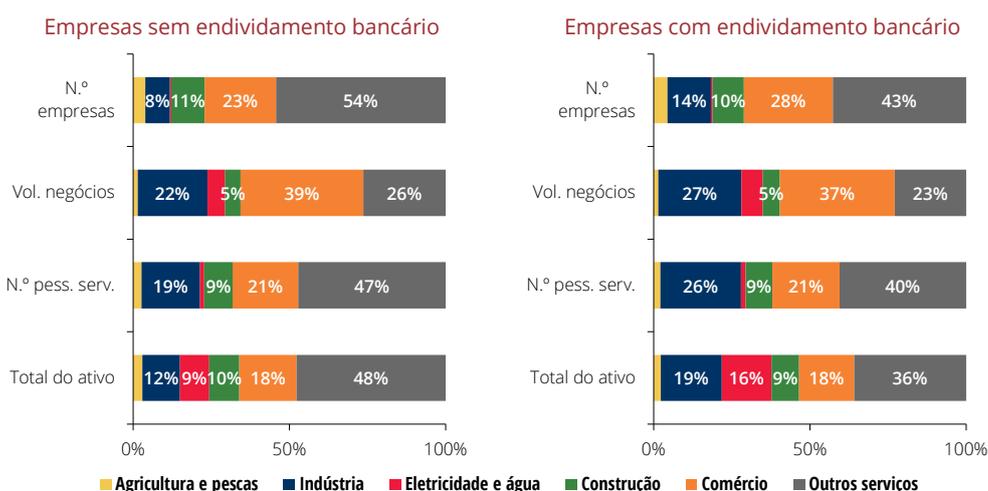
A grande maioria das empresas sem endividamento bancário eram microempresas (96% das empresas, em 2017, acima dos 78% que esta classe de dimensão representava no conjunto das empresas com endividamento bancário) (Gráfico C2.3). As pequenas e médias empresas e as grandes empresas, no entanto, representavam, em conjunto, 73% do volume de negócios, 52% das pessoas ao serviço e 47% do ativo das empresas sem endividamento bancário, valores ainda assim inferiores aos observados por estas classes de dimensão nas empresas com endividamento bancário.

**Gráfico C2.3 • Estruturas | Por classes de dimensão e nível de endividamento bancário (2017)**



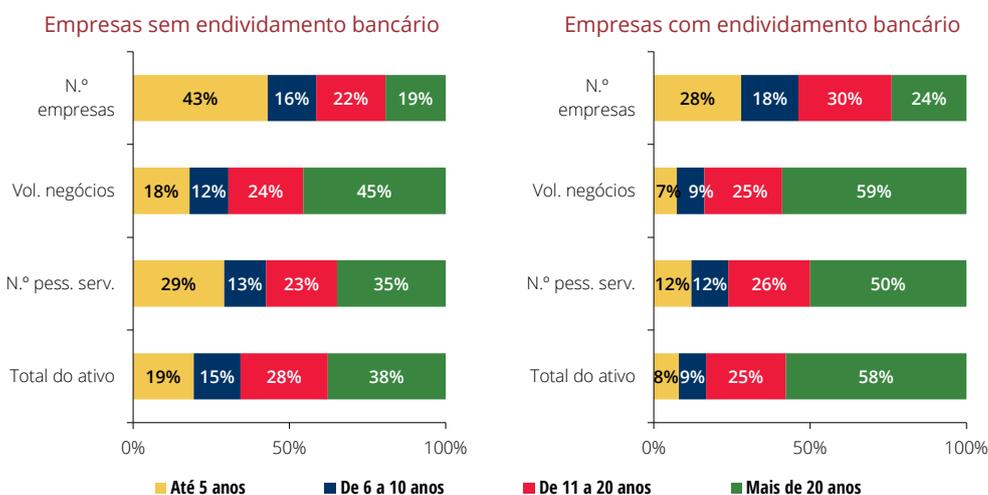
Em 2017, 54% das empresas sem endividamento bancário estavam associadas aos outros serviços (43% nas empresas com empréstimos bancários) (Gráfico C2.4). Os outros serviços representavam 26% do volume de negócios, 47% das pessoas ao serviço e 48% do total do ativo das empresas sem endividamento bancário. A maior preponderância deste setor neste conjunto de empresas estava associada ao maior peso assumido pelas Secções L – *Atividades imobiliárias*, M – *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e I – *Alojamento, restauração e similares* da CAE-Rev.3. Em contraponto, a relevância da indústria e do comércio no conjunto das empresas sem empréstimos bancários era menor em 6 pp (em ambos os casos) face ao registado no conjunto complementar de empresas.

**Gráfico C2.4 • Estruturas | Por setores de atividade económica e nível de endividamento bancário (2017)**



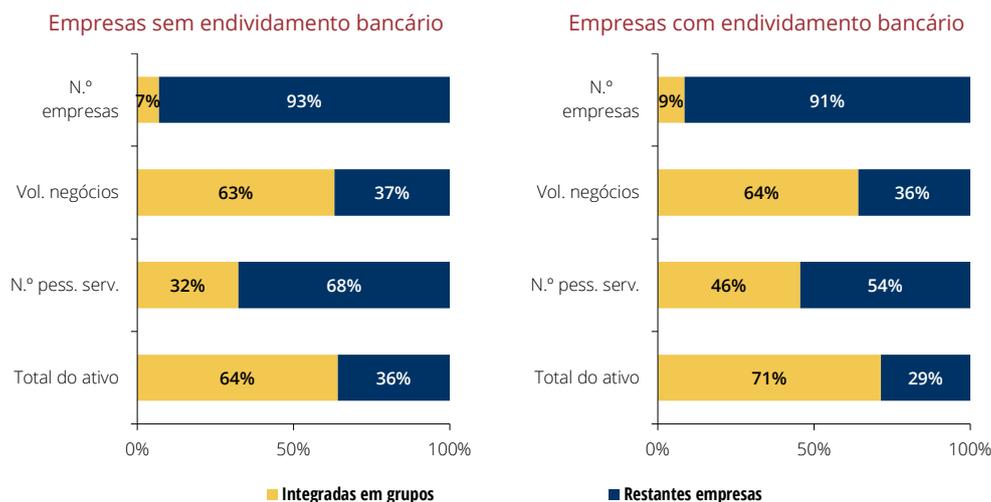
A pouca maturidade das empresas é muitas vezes apontada como um dos motivos para que o setor financeiro esteja menos receptivo a conceder crédito, particularmente a empresas sobre as quais dispõe de menos informação. De facto, em 2017, 43% das empresas sem endividamento bancário tinham até 5 anos de atividade, proporção que contrasta com a registada por esta classe de maturidade no conjunto das empresas com endividamento bancário (28%) (Gráfico C2.5). Entre as empresas com até 5 anos de atividade, 71% não registavam empréstimos bancários em 2017 (compara com proporções em torno de 57% nas restantes classes de maturidade). Ainda assim, as empresas com mais de 20 anos de atividade representavam 19% das empresas sem endividamento bancário, 45% do respetivo volume de negócios, 35% do número de pessoas ao serviço e 38% do seu ativo.

**Gráfico C2.5 • Estruturas | Por classes de maturidade e nível de endividamento bancário (2017)**



Também a integração em grupos económicos pode determinar que as empresas não tenham a necessidade de recorrer a empréstimos bancários, uma vez que a sua atividade pode ser financiada por empresas do grupo. Em 2017, todavia, apenas 7% das empresas sem endividamento bancário estavam integradas em grupos económicos<sup>24</sup> (Gráfico C2.6). Das empresas integradas em grupos económicos, 57% não recorriam a empréstimos bancários (62% entre as restantes empresas).

**Gráfico C2.6 • Estruturas | Tendo em conta a integração em grupos económicos e o nível de endividamento bancário (2017)**

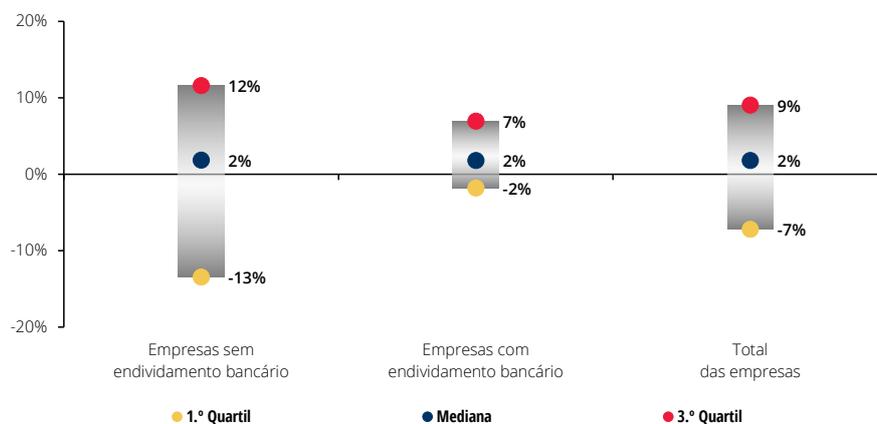


Uma outra explicação para o facto de as empresas não terem acesso a crédito junto do setor financeiro pode ser, em alguns casos, a sua menor rentabilidade, fator que pode determinar a não concessão de crédito por parte das instituições financeiras. Considerando a distribuição dos valores individuais da margem líquida de ambos os conjuntos de empresas (tendo em conta o recurso a endividamento bancário), é notória a maior dispersão dos valores associados ao conjunto de empresas sem endividamento bancário. Não obstante, constata-se que existia uma parcela de empresas que não recorriam a empréstimos bancários e que apresentavam rentabilidades superiores às de uma parte significativa das empresas com empréstimos bancários.

Em 2017, um quarto das empresas sem endividamento registou uma margem líquida inferior a -13%, enquanto o primeiro quartil de empresas com endividamento bancário tinha margens inferiores a -2% (Gráfico C2.7). No entanto, um quarto das empresas sem endividamento bancário apresentava margens líquidas superiores a 12%, valor que compara com 7% quando considerado o terceiro quartil de empresas com empréstimos bancários.

<sup>24</sup> Um grupo é definido, para este efeito, como o conjunto formado por uma ou mais entidades e pela entidade que as controla, direta ou indiretamente (designada por entidade controladora final). Para delimitar o conceito de grupo utilizado neste estudo foram considerados vários referenciais nacionais e internacionais que, na sua generalidade, apontam o critério do controlo, normalmente associado à detenção de direitos de voto, como decisivo na definição de um grupo, ou seja, uma entidade controla outra quando detém mais de 50% dos direitos de voto sobre esta. Porém, pode existir controlo com uma percentagem inferior de direitos de voto ou não existir controlo com uma percentagem de direitos de voto superior a 50%, mediante a existência de acordos parassociais. O *Estudo da Central de Balanços n.º 32 – Análise das empresas integradas em grupos*, de junho de 2018, analisa detalhadamente as entidades integradas em grupos.

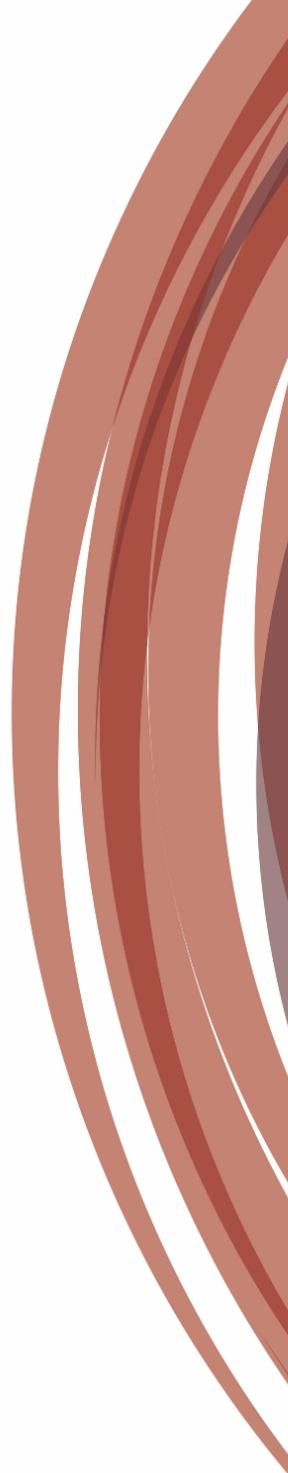
**Gráfico C2.7 • Margem líquida | Distribuição por quartis tendo em conta o nível de endividamento bancário (2017)**

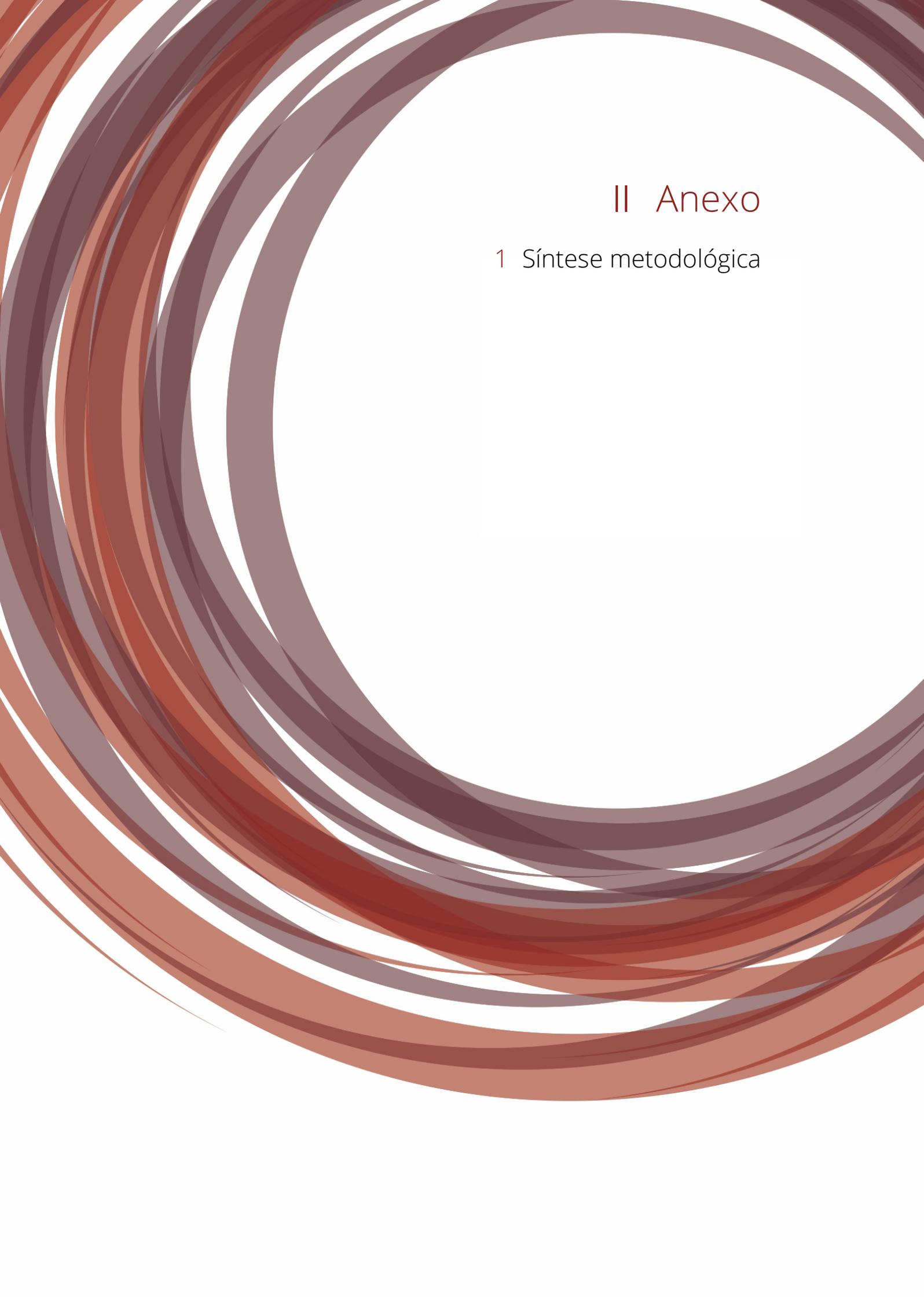


Em suma, os elementos disponíveis corroboram a expectativa de que as microempresas e as empresas em atividade há menos tempo são as que menos recorrem a empréstimos bancários. No entanto, existe um conjunto de empresas de outras classes de dimensão e de maturidade que também não recorrem a esta forma de financiamento. Inclusive, uma parcela relevante das empresas não financeiras com melhores desempenhos em termos de rentabilidade não recorre igualmente a empréstimos deste tipo<sup>25</sup>.

Não é igualmente evidente que a integração das empresas portuguesas em grupos económicos seja um fator determinante na opção pelo não recurso a empréstimos junto do setor financeiro, tendo em conta a proporção de empresas que, estando ou não integradas em grupos, não utilizam este instrumento financeiro.

<sup>25</sup> É relevante notar, não obstante, que não foi, para este efeito, conduzida qualquer análise específica às condições de financiamento das empresas em causa. Os apuramentos efetuados foram relativos apenas às suas características e a análise conduzida apenas em termos agregados.





## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Crédito vencido:** O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo.

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Distribuição por quartis:** Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 19 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor – Notas metodológicas (Série longa 1995-2013)*, novembro de 2014.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gastos de financiamento:** O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Instituições de crédito residentes:** Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo, bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira.

**Localização geográfica:** A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, área metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Maturidade:** A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

**Número de pessoas ao serviço:** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**Outros passivos:** A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar

**Pressão financeira:** Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

**Rácio de crédito vencido:** Rácio entre o montante de crédito vencido e o total de crédito obtido.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

**Setor exportador:** O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

# Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> )
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IC	Instituições de crédito residentes
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

# Referências

Banco de Portugal (2008), *"Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços"*, Suplemento ao Boletim Estatístico, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), *"Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas"*, Suplemento ao Boletim Estatístico, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2014), *"Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor: Notas Metodológicas – Série Longa 1995-2013"*, Estudos da Central de Balanços, n.º 19, novembro de 2014.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudo%20da%20cb\\_19\\_2014.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudo%20da%20cb_19_2014.pdf)

Banco de Portugal (2015), *"Central de Responsabilidades de Crédito"*, Cadernos do Banco de Portugal, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2015), *"Análise das empresas do setor exportador em Portugal"*, Estudos da Central de Balanços, n.º 22, junho de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb\\_22\\_2015.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos%20da%20cb_22_2015.pdf)

Banco de Portugal (2017), *"Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016"*, Estudos da Central de Balanços, n.º 30, dezembro de 2017.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_30\\_2017.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_30_2017.pdf)

Banco de Portugal (2018), *"Análise das empresas integradas em grupos"*, Estudos da Central de Balanços, n.º 32, junho de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_32\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_32_2018.pdf)

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018

